



ESTADOS UNIDOS / Comitê de investigação sobre a invasão ao Capitólio pede acusações penais contra Trump por quatro crimes, incluindo insurreição e conspiração. Se condenado, o republicano pode ser preso e impedido de exercer cargos federais

Agora é com a Justiça

» RODRIGO CRAVEIRO

Pela primeira vez, o Congresso dos Estados Unidos recomendou ao Departamento de Justiça a apresentação de acusações criminais contra um ex-presidente. Por unanimidade, em sua última reunião, os integrantes do Comitê de Investigação sobre a Invasão ao Capitólio (sete democratas e dois republicanos), criado pela Câmara dos Representantes, solicitaram que o magnata Donald Trump, 76 anos, seja formalmente indiciado pelos crimes de incitação à insurreição, obstrução de procedimento oficial, conspiração para fraudar o governo e declarações falsas. O ataque ao Congresso, em 6 de janeiro de 2021, deixou cinco mortos, terminou em 900 presos e colocou em xeque uma das mais sólidas democracias do planeta.

Na prática, a recomendação do Comitê é uma medida simbólica, não uma exigência de ação por parte do Departamento de Justiça. O procurador-geral, Merrick Garland, havia nomeado o conselheiro especial Jack Smith para liderar duas investigações contra Trump, incluindo o seu papel na invasão ao Capitólio. No entanto, os deputados norte-americanos deixam expressa a conclusão sobre o grau de envolvimento do ex-presidente republicano. Caso Garland aceite a recomendação, Trump deverá ser julgado por uma Corte federal.

No início da noite de ontem, o magnata republicano declarou que o Comitê pretende barrar sua candidatura à Casa Branca. “As acusações falsas feitas pelo altamente partidariado ‘Comitê não Seleccionado’ já foram apresentadas”, escreveu Trump em sua plataforma, a Truth Social. “Ganhei de forma convincente. (...) Todo este assunto de me processar é como foi o julgamento político: uma tentativa partidária de marginalizar a mim e ao Partido Republicano.”

“Se quisermos sobreviver como uma nação de leis e de democracia, isso jamais pode voltar a ocorrer”, alertou Bennie Thompson, presidente do Comitê. A vice, Liz Cheney, afirmou que Trump “não é apto para ocupar nenhum cargo” e denunciou uma “clara negligência” do ex-presidente. “Ninguém que se comportou assim naquele momento pode voltar a ocupar um cargo de autoridade em nossa nação”, desabafou. Durante 17 meses de trabalhos, o Comitê inquiriu mais de mil testemunhas, se debruçou sobre milhões de páginas de documentos e realizou nove audiências públicas.

Transição

Pouco antes da votação, o deputado democrata Jamie Raskin, membro do Comitê, disse que os integrantes conseguiram “reunir provas significativas de que

Jim Lo Scalzo/AFP



Comitê da Câmara dos Representante se reúne pela última vez e toma decisão sem precedentes na história do Congresso: fortes críticas a Trump

Saul Loeb/AFP



Jake Angeli (C), o “Lobo de Yellowstone”, e outros invasores do Capitólio

o presidente Trump pretendia interromper a transição pacífica de poder tal e como estabelece a nossa Constituição”. “As provas acumuladas durante a nossa investigação justificam recomendar um processo penal contra Donald Trump”, acrescentou.

“(…) Nós apresentamos evidências do que se tornou um plano multipartidário para reverter a eleição presidencial de 2020. Essa evidência levou a uma conclusão absoluta e direta: a causa central do 6 de janeiro de 2021 foi um homem, o ex-presidente Donald Trump, de muitos outros seguiram. Nenhum dos eventos de 6 de janeiro teria acontecido sem ele”, atesta o sumário da investigação, apresentado ontem pelo Comitê.

Segundo o documento, “a decisão do presidente Trump de declarar falsamente vitória na noite da eleição, e, ilegalmente, pedir a interrupção da contagem de votos, não foi uma decisão

espontânea; foi premeditada”. O Comitê considerou que Trump “supervisionou e coordenou um plano sofisticado para reverter a eleição presidencial e evitar a transferência de poder”. O relatório final deve ser apresentado amanhã à imprensa.

Mitchell Epner — ex-procurador federal e advogado na firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York) — explicou ao **Correio** que, das quatro recomendações de acusações criminais contra Trump, a que abrange “iniciamento de rebelião ou insurreição” é a de maior alcance. “Se for indiciado, julgado e condenado, o ex-presidente Trump poderia ser impedido para sempre de ocupar cargos federais, incluindo a Presidência dos Estados Unidos. Além disso, enfrentaria uma pena máxima de 10 anos de prisão. Se for condenado por todas as acusações, poderá pegar até 25 anos de cadeia, o que representaria uma sentença perpétua pelo

Samuel Corum



Simpatizantes do magnata na escadaria do prédio: ataque à democracia

fato de ele ter 76 anos”, afirmou.

De acordo com Epner, o Comitê mudou a compreensão sobre os eventos de 6 de janeiro de 2021. “Antes das audiências, a palavra ‘insurreição’ não era empregada por muitas pessoas. Alguns republicanos publicamente declararam que as pessoas que invadiram o Capitólio eram ‘turistas indisciplinados’. Agora, o entendimento popular é o de que o ataque foi uma tentativa organizada por um grupo de simpatizantes de Trump para impedirem o democrata Joe Biden de tomar posse, reconduzirem o magnata ao poder e, se necessário, matarem o vice-presidente Mike Pence e lideranças do Congresso”, explicou o ex-procurador.

Vontade popular

O historiador político Allan Lichtman, professor da American University (em Washington), considera que os quatro crimes

apresentados pelos congressistas “atingem no cerne os esforços de Trump para minar a democracia”. “A exceção de conspiração sediciosa, trata-se das acusações mais significativas decorrentes dos esforços de Trump e de seus asseclas de frustrar a vontade popular e reverter uma eleição democrática”, advertiu ao **Correio**.

Lichtman lembrou que, além da derrota no voto popular e no Colégio Eleitoral, Trump sofreu revés em cerca de 60 ações judiciais. “Nunca antes um ex-presidente foi declarado criminoso por um comitê do Congresso. Agora, cabe ao Departamento de Justiça tomar a decisão final sobre o indiciamento”, disse.

O estudioso aposta que, ante o caráter convincente das evidências, ao menos parte das acusações serão aceitas pelo Departamento de Justiça e levadas a uma Corte federal. “Trump tem tantos problemas jurídicos, que não será candidato do Partido

Eu acho...

Arquivo pessoal



“O encaminhamento criminal do Comitê não é necessário nem suficiente para que o Departamento de Justiça apresente as acusações contra Trump. No entanto, trata-se de uma decisão histórica. Nunca houve uma recomendação de acusações criminais contra um presidente em exercício ou um ex-presidente. O exemplo anterior mais próximo remonta a 1806, quando o ex-vice-presidente Aaron Burr foi indiciado e julgado por traição. Ele foi absolvido pelo júri em 1807.”

Mitchell Epner, ex-procurador federal para o Distrito de Nova Jersey e advogado da firma Rottenberg Lipman Rich P.C. (em Nova York)

Arquivo pessoal



“O Comitê fez um trabalho magistral, ao coletar evidências e apresentá-las, de forma clara e convincente, ao povo norte-americano. Um julgamento, é claro, seria muito mais contraditório. Não conseguimos a apresentação de testemunhas pró-Trump nas audiências ou nos interrogatórios. O trabalho do Comitê contribuirá muito para a proteção da democracia dos Estados Unidos, mas deixar de responsabilizar Trump e outros legalmente seria um grande retrocesso.”

Allan Lichtman, historiador político da American University, em Washington

Republicano à Casa Branca, em 2024. Ele também enfrenta indiciamento por roubo e manuseio de documentos confidenciais, além de adulteração na eleição presidencial, na Geórgia, e crimes financeiros em Nova York.”

GUERRA NO LESTE EUROPEU

Putin nega interesse em anexar Belarus

O Dia de São Nicolau foi lembrado pelos ucranianos, ontem, em meio à escuridão. “Este santo da Igreja Ortodoxa distribui presentes para todos, especialmente para as crianças. Hoje, bem cedo, os russos nos presentearam com um ataque de drones contra Kiev. Estamos sem eletricidade por todo o dia”, contou ao **Correio Olexiy Haran**, professor de política comparativa da Universidade Nacional de Kiev/Mohyla.

Horas após bombardear a capital da Ucrânia, o presidente da

Rússia, Vladimir Putin, reuniu-se em Minsk com líder de Belarus, Alexander Lukashenko, e afirmou ao aliado que não pretende anexar o país vizinho. “A Rússia não tem interesse em absorver ninguém. Isso simplesmente não faz sentido”, declarou Putin. Ele descreveu os bielorrussos como “os aliados mais próximos” e “parceiros estratégicos” na resistência às sanções ocidentais.

“Belarus está do lado dos agressores. Putin tenta envolver Lukashenko em uma operação

militar terrestre na Ucrânia, mas o bielorrusso resiste, pois entende que seus homens não desejam lutar uma guerra”, disse Haran. “Uma invasão à Ucrânia significaria a derrota do Exército de Belarus e poderia agravar a situação política no país de Lukashenko.”

Diretor da organização não governamental Eurasia Democracy Initiative (em Kiev), Peter Zalmayev afirmou à reportagem que Lukashenko não mobiliza seus soldados na Ucrânia por temer que a situação se volte

contra Minsk. “As tropas de Belarus jamais foram testadas em uma guerra. O conflito também não conta com a simpatia dos bielorrussos. Creio que Lukashenko tentará se desvincular do Kremlin, enquanto Putin buscará controlar diretamente a indústria bélica de Belarus.”

O especialista acha que Putin ampliará os ataques para forçar a Ucrânia à negociação. “Ele quer parte de nosso território para declarar a vitória. Não vejo sinais de que isso ocorrerá.” (RC)

Konstantin Zavrzhin/Sputnik/AFP



Putin (E) e Lukashenko se cumprimentam antes da reunião em Minsk